

CONFLITOS E ESTRATÉGIAS PARA A GOVERNANÇA TERRITORIAL: O CASO DA RESEX CHAPADA LIMPA

Benedito Souza Filho

RESUMO

O bioma cerrado, no Leste do Maranhão, tem sido drasticamente afetado pela implantação de empreendimentos de soja e eucalipto. Os segmentos camponeses situados historicamente nessa região vêm tendo o seu modo de vida comprometido em virtude da supressão dos recursos naturais disponíveis realizada por agentes econômicos vinculados a tais empreendimentos. Essa ação devastadora tem provocado a intensificação de conflitos socioambientais que levam os camponeses a se mobilizar para conservar os ambientes que asseguram a reprodução material e social de centenas de unidades familiares. Uma das alternativas diz respeito à transformação dessas áreas de tensão social em reservas extrativistas. O artigo procura refletir, por um lado, sobre como os conflitos contribuíram para o acionamento de estratégias destinadas à criação da reserva extrativista “Chapada Limpa” e, por outro, os desafios da governança territorial, uma vez que a autonomia das famílias ficou limitada pela participação do Estado como co-gestor dessa unidade de conservação.

PALAVRAS CHAVE

Conflito. Agronegócio. Governança territorial. Reserva extrativista.

ABSTRACT

The cerrado, in Eastern Maranhão, has been dramatically affected by the implementation of soy and eucalyptus enterprises. The peasants historically situated in this region have been affected on their way of life by such enterprises due to the suppression of natural resources. This devastating action has caused the intensification of environmental conflicts that lead peasants to mobilize to save the environments that ensure the material and social reproduction of hundreds of family units. One of the alternatives found is the transformation of these areas of social tension in extractive reserves. This paper seeks to reflect on, first, how conflicts contributed to drive strategies for the creation of extractive reserve “Chapada Limpa” and, second, the challenges of territorial governance, since the territorial autonomy of families became limited by the state’s participation as co-manager of this conservation unit.

KEYWORDS

Conflict. Agribusiness. Territorial governance. Extractive reserve.

1 Introdução

A mesorregião Leste do Maranhão, apontada por agentes do agronegócio¹ como nova fronteira agrícola, tem sido alvo da implantação e ampliação de diferentes empreendimentos econômicos, notadamente aqueles relacionados às culturas da soja e outros grãos e também do eucalipto. A população camponesa² dessa extensa região tem sido historicamente afetada em seu modo de vida em virtude de os novos agentes econômicos interessados na terra consumirem a supressão da vegetação nativa e a destruição de recursos naturais utilizados e manejados pelas famílias que residem e trabalham nas áreas onde se instalam tais empreendimentos ou em suas imediações.

A partir desse contexto de modificação de paisagem e algumas situações de conflito, o artigo procura refletir sobre os elementos que justificaram a criação da reserva extrativista Chapada Limpa³ como forma de conservar ambientes considerados fundamentais à reprodução material e social das famílias camponesas. Além desse objetivo, o trabalho procura discutir alguns aspectos relacionados com os desafios da gestão dessa unidade de conservação, uma vez que a autonomia territorial dos cam-

poneses ficou limitada pela participação do Estado como co-gestor.

Ainda que a ação de tais empreendimentos tenham se intensificado na década de 1990, sua instalação está relacionada a processos de expropriação que se deram nessa região na década anterior e que permitiram a transferência de grandes extensões de terras para empresas que se dedicavam, por exemplo, à extração de madeira do cerrado para produção de carvão vegetal destinado ao abastecimento de guserias (PAULA ANDRADE, 1995).

A crise do setor de carvoejamento, combinada à intensificação da fiscalização dos desmatamentos ilegais e das condições de trabalho nas baterias de fornos que produzem o carvão vegetal, contribuiu para que parte considerável desse estoque de terras fosse transferido, mediante venda, a distintos agentes econômicos dos ramos da soja e do eucalipto. Esses fatores contribuíram para que essa região do estado fosse transformada em nova área de interesse para a produção dessas *commodities*.

Como resultado desse agressivo processo de destruição de áreas de chapada, observa-se a intensificação de conflitos socioambientais⁴ que obrigam os camponeses a acionarem estratégias no sentido de

1. Para uma melhor compreensão sobre o agronegócio e a chamada *sociedade do agronegócio*, ver (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

2. Adotamos aqui o conceito de camponês, no sentido utilizado por Wolf (1976), para designar aqueles cultivadores de alimentos que realizam suas atividades econômicas segundo um modo de vida característico, ancorado no trabalho familiar. Neste caso, diferentemente deste autor, incluímos no conceito também as famílias que, além da agricultura, têm no extrativismo um dos pilares de sua economia.

3. As discussões realizadas no presente artigo são fruto de pesquisa realizada na Resex Chapada Limpa, no município de Chapadinha-MA, relativas ao projeto “Conflitos, Ação Coletiva e Gestão da Biodiversidade: os desafios da governança”, que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

4. Para o caso em estudo, adotamos o conceito de conflitos socioambientais como “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo

garantir a permanência nesses territórios e, ao mesmo tempo, conservar os ambientes que têm assegurado a reprodução material e social de centenas de famílias.

Uma dessas ações diz respeito às demandas aos órgãos ambientais oficiais para transformar essas áreas de tensão social em unidades de conservação. Em alguns casos, como será tratado neste artigo, os conflitos podem ensejar estratégias acionadas pelos camponeses para conservar os ambientes indispensáveis à sua organização social e econômica.

Chapadinha, assim como outros municípios do Leste Maranhense, tem abrigado empresas de vários portes e produtores particulares, como os chamados *gaúchos* (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2010; PAULA ANDRADE, 2008) oriundos de outras regiões do país, vinculados à sojicultura e à produção de outros grãos. Além da soja, tais municípios têm sido locais de instalação de grandes grupos econômicos voltados à produção de papel e celulose com base na monocultura do eucalipto. Uns e outros passaram a produzir com vistas ao mercado de *commodities*, e a chegada desses novos agentes econômicos à região tem implicado na devastação de amplas áreas de cerrado, conturbando o modo de vida de segmentos camponeses e provocando a emergência de conflitos socioambientais. Os móveis desses confrontos giram em torno da posse e uso

da terra, da devastação da cobertura florestal e da poluição, diminuição ou extinção dos recursos hídricos, processos que vêm afetando duramente a agricultura, o extrativismo e a pecuária familiares.

2 As transformações no cerrado maranhense pelos agentes do agronegócio

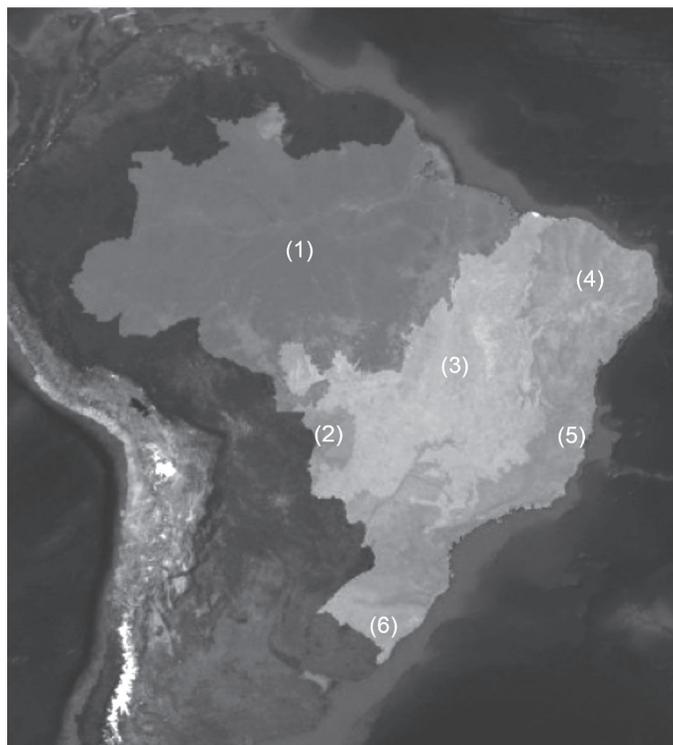
A supressão da vegetação nativa de distintos municípios do Leste do Maranhão, provocada por esses agentes do agronegócio, além de afetar drasticamente a economia das famílias camponesas que dependem dos recursos ambientais dessas áreas de cerrado, tem contribuído negativamente para as alterações desse bioma que ocupa parte expressiva do território nacional.

O bioma cerrado ocupa cerca de 23,9% do território brasileiro, situando-se em uma área que abrange principalmente o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Maranhão e Tocantins, estendendo-se, ainda, em menor proporção, a outros seis estados. Além de ser o berço das principais bacias hidrográficas brasileiras (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), é considerado o bioma mais antigo do país, com cerca de 65 milhões de anos (CENTRO DE SENSORIAMENTO REMOTO/ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – CSR/IBAMA, 2009).

menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis decorrentes do exercício de práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc.” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Figura 1 – Mapa dos Biomas – Brasil

Biomas: Amazônia (1), Pantanal (2), Cerrado (3), Caatinga (4), Mata Atlântica (5) e Pampa (6)



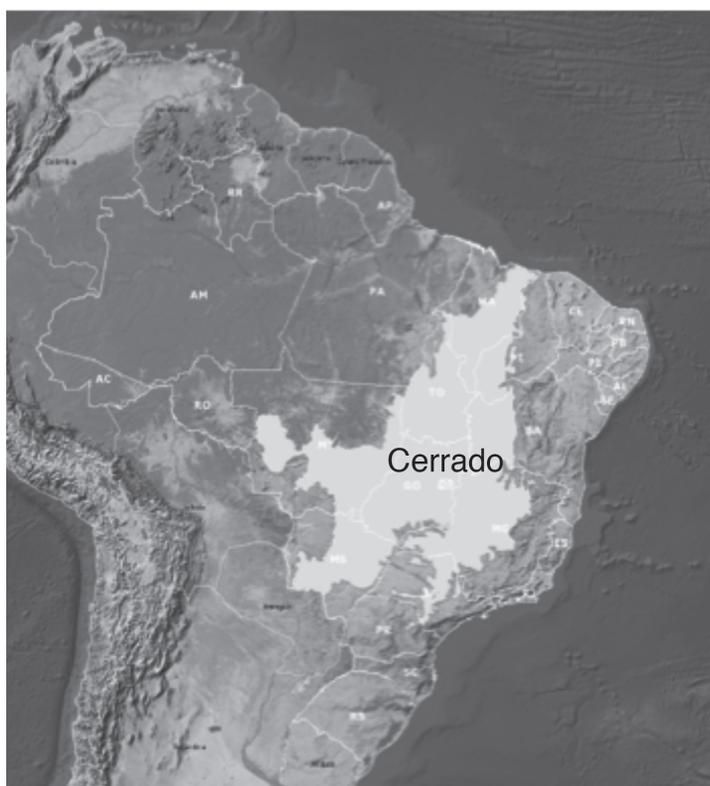
Fonte: CSR/IBAMA (2009)

Segundo o Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento do Bioma Cerrado⁵, elaborado pelo CSR e pelo IBAMA, esse ambiente recobre uma área de aproximadamente 203 milhões de hectares, representando cerca de 25% do território nacional. Ainda segundo tal relatório, “depois da Mata Atlântica, o cerrado é o bioma

brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana. Com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região.” (CSR/IBAMA, 2009, p.7).

5. O resultado desse trabalho de monitoramento do desmatamento do Bioma Cerrado é fruto de um acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama com recursos oriundos do Projeto Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) BRA 08/11. Esse trabalho, que tinha como objetivo mais amplo monitorar o desmatamento de todos os biomas brasileiros, envolveu um conjunto de instituições, entre elas, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério de Meio Ambiente (SBF/MMA), a Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (DIPRO/IBAMA), o Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama (CSR), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o PNUD. Para realizar esse trabalho de monitoramento do bioma cerrado, foram usadas imagens de satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para identificação de mudanças na cobertura vegetal nativa, no período compreendido entre os anos de 2002 e 2008 (CSR/IBAMA, 2009).

Figura 2 – Localização do Bioma Cerrado



Fonte: CSR/IBAMA (2009)

A devastação progressiva do cerrado brasileiro, verificada entre os anos de 2002 e 2008, segundo o relatório de monitora-

mento do desmatamento do cerrado (CSR/IBAMA, 2009), pode ser observada nos dados apresentados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Desmatamento do Cerrado no Brasil

Desmatamento no Bioma Cerrado entre 2002 e 2008		
Área total do bioma – 2.039.386 km ²		
	2002 (%)	2008 (%)
Áreas desmatadas	43,67	47,84
Vegetação remanescente	55,73	51,54

- Desmatamento de 85.074 km² entre 2002 – 2008 (4,17%)

- Taxa anual média de desmatamento: 14.200 km² (0.69%)

Fonte: CSR/IBAMA

O relatório sobre o desmatamento realizado em áreas de cerrado, publicado em 2009, demonstrou o impacto sobre a área original desse bioma em algumas unidades da federação. O objetivo desse levantamen-

to era o de identificar o quantitativo desmatado por estado. A tabela a seguir mostra a evolução desse impacto entre os anos de 2002 e 2008.

Tabela 2 - Quadro de Desmatamento por Estado - 2002 a 2008

Nome	UF	Desmatamento até 2002 (Km²)	Cerrado total (Km²)	Desmatamento 2002- 2008 (Km²)	%
Maranhão	MA	32.608	212.092	14.825	7,0
Bahia	BA	49.442	151.348	9.266	6,1
Mato Grosso	MT	134.124	358.837	17.598	4,9
Minas Gerais	MG	175.448	333.710	8.927	2,7
Piauí	PI	9.475	93.424	4.213	4,5
Tocantins	TO	51.933	252.799	12.198	4,8
Mato Grosso do Sul	MS	157.506	216.015	7.153	3,3
Goiás	GO	203.760	329.595	9.898	3,0
Paraná	PR	2.617	3.742	00,5	0,0
Rondônia	RO	5	452	8	1,8
São Paulo	SP	71.190	81.137	903	1,1
Distrito Federal	DF	3.952	5.802	84	1,4
				TOTAL	85.074

Fonte: CSR/IBAMA (2009)

Conforme os dados da Tabela 2, o Maranhão aparece, entre todos os estados elencados, como o que apresenta proporcionalmente a maior taxa de desmatamento do cerrado. Somente em um período de seis anos (2002 a 2008), foi desmatada uma área equivalente a quase a metade do desmatamento realizado até o ano de 2002. Essa acelerada devastação do cerrado no Maranhão, em curto período, pode ser compreendida pelo crescimento vertiginoso das culturas de soja e eucalipto na parte Leste do estado, identificada como uma nova região de interesse dos agentes econômicos desses dois ramos.

O crescimento do desmatamento do cerrado coincide com o processo de transferên-

cia de grandes estoques de terras públicas açambarcadas por latifundiários tradicionais da região mediante grilagem, aos chamados *gaúchos* que se dedicavam à cultura da soja. Esse processo, que possibilitou a ampliação da produção dessa *commodity*, concorreu decisivamente para a supressão da vegetação nativa, característica desse bioma.

Foi justamente essa devastação acelerada do cerrado brasileiro que se transformou em tema de matérias de periódicos de grande circulação, como por exemplo aquela publicada pela Revista Época Online. Segundo a matéria:

Enquanto o desmatamento da Amazônia é amplamente divulgado e gera até reações internacionais, o nosso cerrado, bioma que

ocupa um quarto de todo o país, não atrai tantas atenções. No entanto, ele continua sendo desmatado: cerca de 48% de todo o Cerrado já foi derrubado (CALIXTO, 2012).

Ainda na mesma matéria, o autor destaca uma medida adotada pelo Ministério do Meio Ambiente para tentar frear o acelerado processo de desmatamento do cerrado: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) colocou em prática mais uma medida para tentar reduzir a derrubada no bioma, ao publicar uma lista no Diário Oficial com 53 municípios que mais desmataram o Cerrado no último ano [...]. A situação mais crítica é no Maranhão: o estado conta com 20 municípios listados pelo Ministério (CALIXTO, 2012).

A lista dos municípios maranhenses que mais contribuíram para a degradação do cerrado, segundo o documento publicado pelo Ministério do Meio Ambiente (CALIXTO, 2012), são os seguintes: Aldeias Altas, Alto Parnaíba, Balsas, Barra do Corda, Barrerinhas, Buriti, Caxias, Chapadinha, Codó, Coroatá, Grajaú, Parnarama, Riachão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São João do Soter, Timbiras, Tuntum, Urbano Santos e Vargem Grande.

O avanço do agronegócio nessa região do Maranhão obrigou os grupos familiares a se organizarem e a desenvolverem ações de enfrentamento no sentido de garantir essas áreas estratégicas à reprodução de suas atividades econômicas. Contribuiu, igualmente, para pensarem alternativas destinadas a conservar as áreas de chapada.

Uma dessas estratégias diz respeito à utilização do discurso ambiental (LOPES, 2006) para fins de diálogo com o Estado como forma de defender essas áreas cobizadas por latifundiários tradicionais, produtores de grãos em escala empresarial e

empreendimentos do setor de papel e celulose. A linguagem ambiental (LOPES, 2006) foi acionada pelos camponeses por considerarem uma via alternativa para transformar essas áreas de tensão social em unidades de conservação.

Essa alternativa de converter essas zonas de conflito em reservas extrativistas insere-se em um movimento de modificação do tratamento do problema, ou seja, de fundiário a ambiental. Cabe salientar que o principal objetivo das famílias, em um primeiro momento, era o de impedir a destruição das chapadas ameaçadas pelos novos agentes econômicos. Uma vez conseguido esse objetivo, o seguinte foi o de buscar meios para assegurar a proteção definitiva dessas áreas.

Nesse sentido, o conflito não pode ser pensado como uma ação antecipadamente calculada. Foi uma resposta das famílias a uma ameaça iminente. O conflito não nasce, portanto, motivado por razões ambientais, torna-se ambiental, nos seus desdobramentos, por motivos estratégicos. Como sublinha Lopes (2006, p. 32), “tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações.” Ainda segundo este autor, diferentes segmentos “apropriam-se das questões, da linguagem e da argumentação ambiental para engrandecerem-se em conflitos com seus eventuais oponentes.” (LOPES, 2006, p. 48).

A explicação para adotarem essa via ambiental, segundo os entrevistados, primeiro porque foram orientados pelo órgão de representação dos trabalhadores rurais e, segundo, porque consideravam o melhor meio para assegurar o que pretendiam: a manutenção de áreas consideradas estratégicas à sua reprodução material e social.

As tentativas frustradas de resolução do problema via órgãos fundiários contribuíram para a reorientação das suas ações. Associado ao discurso de conservação da natureza, os trabalhadores argumentavam que a manutenção dos ambientes por eles defendidos era indispensável à reprodução de seu modo de vida, não somente por razões econômicas e sociais, mas como produto de uma relação histórica de uso e manejo dos recursos, definidora de valores e significados específicos.

Foi justamente a utilização da linguagem ambiental, justificadora da conservação da vegetação nativa como indispensável à reprodução do modo de vida de centenas de famílias, que permitiu que intensificassem os diálogos com o órgão de representação dos trabalhadores e também com funcionários do órgão ambiental IBAMA à época – no sentido de verem conservados os ambientes responsáveis por sua organização social e econômica. Nesse sentido, “a ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública.” (LOPES, 2006, p. 34).

A mobilização dos segmentos camponeses ameaçados por tais empreendimentos permitiu que travassem enfrentamentos com os pretensos proprietários que tentavam expropriá-los e, ao mesmo tempo, articulassem estratégias, principalmente com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha, para assegurar a defesa e permanência em seus territórios. Esses esforços contribuíram para que fosse criada, em 2007, no município de Chapadinha, a Reserva Extrativista Chapada Limpa.

A destruição das chapadas, além de colocar em risco a economia das famílias, comprometia também o acesso aos recursos hídricos, uma vez que provocava o assoreamento de nascentes de rios. Em muitos povoados, o desaparecimento de lagoas, riachos,

córregos e outros cursos d’água tem privado as famílias, desses locais, do consumo desse recurso, inclusive para uso doméstico.

3 A mobilização como estratégia de defesa dos territórios

A ameaça à segurança alimentar e a precarização das condições de vida e trabalho têm significado para as famílias de muitas localidades do Leste do Maranhão uma situação limite. A mobilização coletiva para a conservação de áreas de chapada tem sido realizada em muitos lugares dessa ampla região do Maranhão. A criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, no município de Chapadinha é resultado dessa mobilização, envolvendo dezenas de famílias de diferentes localidades e tendo sido liderada, segundo os entrevistados, por aquelas dos povoados Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II.

A mobilização das famílias em defesa de espaços estratégicos não representa apenas um mecanismo destinado a assegurar porções de determinados ambientes que utilizam para atender às suas necessidades materiais. Significa também uma forma de defender territórios historicamente ocupados e sobre os quais, mediante formas de uso e manejo dos recursos, consolidaram um modo de vida.

Além de um produto histórico, a territorialidade é derivada das práticas que os grupos humanos estabelecem com ambientes específicos. Nesse sentido, a territorialidade pode ser definida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland.” (LITTLE, 2002, p. 3).

Alguns entrevistados argumentaram que, quando chegaram aos locais que hoje despertam interesses dos novos agentes econômi-

cos, não tiveram conhecimento da existência, ali, de nenhum proprietário. Nesses espaços, estabeleceram suas moradias, realizando suas atividades econômicas e definindo os limites que separavam os distintos povoados. Essa forma pela qual um determinado grupo social se relaciona com o seu território define o que Little (1994, p. 4) caracteriza como cosmografia, ou seja, o conjunto de “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.”

Foi somente depois de muito tempo estabelecidos nos seus territórios que apareceram os pretensos proprietários. Como o contexto histórico era outro, foi possível conviver com essa nova situação sem que isso representasse um problema intransponível, já que mesmo sem ter a comprovação de que as terras, de fato, pertenciam àqueles que se diziam proprietários, negociavam a permanência nas distintas localidades mediante pagamento de renda. Esse contexto só foi alterado quando os pretensos proprietários decidiram repassar as terras que alegavam como suas aos novos agentes econômicos que chegavam à região.

Esse contexto de ameaça fez com que, na mobilização em defesa de seus territórios, acionassem princípios de direito, não necessariamente assentados em leis ou documentos que comprovavam a propriedade desses espaços, mas no sentimento resultante da relação histórica com determinado meio biofísico que reconheciam como seu.

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p. 11).

É por essa razão que nas situações de conflito que implicam a defesa de territórios, é necessário compreender a dimensão histórica referida ao “contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.” (LITTLE, 2002, p. 3 - 4). A mobilização das famílias de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II foi motivada principalmente pela defesa dos seus territórios e dos recursos neles encontrados, indispensáveis à reprodução do seu modo de vida.

As tentativas de apropriação fraudulenta de terras por pretensos proprietários com objetivo de vendê-las aos novos agentes econômicos presentes na região, as ameaças de supressão de vegetação nativa, bem como a implantação de empreendimentos sojícolas são apontados como os principais problemas enfrentados e que justificaram a ação coletiva das famílias.

A cobrança abusiva do aluguel da terra para implantação dos roçados das famílias do povoado Chapada Limpa I por um pretense proprietário; o conflito no povoado Chapada Limpa II, ocorrido em 2004, que redundou na supressão da cobertura florestal nativa e na derrubada de um antigo bacurizeiro⁶, por outro suposto proprietário de terras; e a ameaça

6. O bacurizeiro é uma árvore típica de região do cerrado que produz o bacuri, fruto de grande valor comercial e identificado pelas famílias como o principal item de suas atividades extrativas. Segundo as famílias, entre os elementos que caracterizavam o significado simbólico do bacurizeiro derrubado no povoado Chapada Limpa II, era o de ser considerado como muito antigo e, portanto, como marcador da história da ocupação da área pelas famílias; e de possuir sessenta galhos, característica pouco encontrada em outras árvores dessa espécie. Além desses fatores, o antigo bacurizeiro era utilizado como uma referência de localização para muitos trabalhadores que circulavam pelos povoados da região.

de derrubada de áreas de chapada no povoado Juçaral, com uso dos chamados *correntões*⁷ para o plantio de soja, também ocorrido em 2004, são identificadas como situações-limite para a mobilização coletiva das famílias em defesa dessas áreas.

Esses três episódios são apontados como principais móveis da ação coletiva das famílias. A derrubada do emblemático bacurizeiro, no povoado Chapada Limpa II, representou um ato de violência simbólica (BOURDIEU, 1989), gerando insatisfação coletiva e o desejo de ver interrompidas ações dessa natureza, que os agrediam naquilo que consideravam importante em termos históricos e simbólicos.

A ameaça de desmatamento de amplas áreas de chapada para o plantio de soja por um dos chamados *gaúchos*⁸, que eram utilizadas e manejadas principalmente pelas famílias dos povoados Juçaral e Chapada Limpa I, criou as condições para a mobilização dos agentes dessas localidades e a realização, naquela oportunidade, do que denominaram de *greve*, ou seja, o impedimento da derrubada da vegetação nativa pelos tratores, por meio do enfrentamento direto.

Munidos de facões, foices e outros instrumentos de trabalho, integrantes das unidades familiares de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II dirigiram-se até onde se localizavam os tratores, preparados para realizar o desmatamento, e impediram sua passagem, ameaçando inclusive incendiar as máquinas caso os encarregados insistissem em realizar o trabalho.

Apesar de a polícia ter sido acionada pelo pretenso proprietário para acompanhar o trabalho dos tratores, o embargo das obras pelos trabalhadores foi mantido. Após terem evitado a devastação das áreas de chapada, as famílias do povoado Juçaral impediram que esse agente adentrasse a área que pretendia como sua, o que gerou a abertura de processo judicial contra as famílias.⁹

4 Conflito, ação coletiva e as estratégias para a governança territorial

Esse quadro de ameaça de supressão das áreas de chapada para implantação de empreendimentos dos ramos da soja e do eucalipto põe em evidência uma situação de antagonismo entre segmentos campone-

7. Os *correntões*, como são popularmente conhecidos, são mecanismos utilizados pelos denominados *gaúchos* para realizar a derrubada de vegetação nativa nas áreas de chapada para o cultivo da soja. Consistem na utilização de uma grossa corrente de ferro presa a dois tratores que, dispostos e movimentando-se paralelamente, realizam a derrubada de árvores de pequeno e grande portes, desmatando grandes extensões de chapada. Os efeitos dos *correntões* não se fazem sentir somente em relação à cobertura vegetal. Não só comprometem a fauna nativa nessas áreas desmatadas como também eliminam nascentes de pequenos rios e riachos, responsáveis pelo volume hídrico de importantes bacias hidrográficas, como as do Munim, Preguiças e Parnaíba.

8. Para maiores entendimentos sobre a caracterização e ação desses agentes, ler Paula Andrade (2008) e Gaspar (2010).

9. Essa ação das famílias de Juçaral, que impediu a derrubada de áreas de Chapada e a entrada na área para realização de qualquer obra, permitiu a abertura de processo de acesso à sua propriedade em 2004 por parte daquele que se dizia proprietário, um plantador de soja que residia no Paraná. Em audiência realizada no Fórum de Chapadinha no ano de 2012, para tratar do processo, o juiz que cuidava do caso tornou a ação do proprietário nula em virtude de a área em questão ter sido incluída naquela do Decreto Presidencial que criava a Reserva Extrativista Chapada Limpa, cabendo ao proprietário, comprovada a legitimidade da compra da propriedade da terra, a indenização pelo Estado.

ses e outros agentes econômicos em relação aos efeitos dessa alteração de paisagem para as famílias da região. Segundo Boudon (1995), situações como essa possibilitam a emergência do dissenso, da ruptura e da mudança, categorias próprias do que se pode definir como conflito.

A divergência de objetivos implica um tipo de interação na qual as partes envolvidas mobilizam suas forças para neutralizar ou obstruir a ação do seu oponente. Essa perspectiva encontra sua explicação no pensamento de Simmel (1983) para o qual o conflito é entendido como uma relação social, reveladora de posições convergentes e antitéticas. Essas posições, segundo Simmel (1983, p. 127), são constituídas por elementos de repulsa e também por “forças de cooperação, afeição, ajuda mútua e convergências de interesses.”

Os elementos sublinhados por Simmel, relativos às posições convergentes e antitéticas, podem ser observados claramente nas situações de conflito envolvendo as famílias dos povoados citados. Os interesses em jogo, relativos ao objeto de disputa, nesse caso, amplas áreas de chapada, tornam explícitos tanto os elementos de repulsa, quanto os de cooperação mobilizados pelas famílias. O enfrentamento realizado pelas famílias de Juçaral, acabou contando com a participação de membros de outras unidades familiares de Chapada Limpa I e II. Esse envolvimento foi possível porque a articulação entre as famílias se explicava pela convergência de interesses, como sublinhado por Simmel.

O conflito, além de revelar oposições e hostilidades, pode ser entendido, também, como elemento propiciador de força positiva e funcional (VANDENBERGHE, 2005) e, como forma de associação, aglutinar em uma mesma luta indivíduos que têm entre si objetivos comuns, já que o “conflito signifi-

ca a negação da unidade” (SIMMEL, 1983, p. 123), como sinônimo de individualidade.

O conflito torna evidente a existência dos oponentes e dos seus interesses. Segundo Boudon (1995, p. 256), “o conflito é uma das formas mais vivas de interação que não pode ser realizada por um único indivíduo, constitui um processo de associação.” Assim, recolocando o sentido de conflito como um significado positivo, e distanciando-se da idéia de dissociação, Vandenberghe (2005, p.119) argumenta que “o conflito é uma forma de interação e, portanto, de associação.”

Essa dimensão da associação em torno de objetivos comuns, como elemento presente nas situações de conflito, conforme destacado pelos autores, foi o aspecto crucial na articulação das famílias, e decisivo na conquista do que pretendiam: evitar a destruição das áreas de chapada e assegurar os seus territórios, livrando-os de novas investidas de grileiros e dos novos agentes econômicos interessados em suas áreas de residência e trabalho.

Assim, para o caso em estudo, o conflito acaba funcionando, por um lado, como um contexto que permite a aglutinação de pessoas em torno de um objetivo comum, assegurando esse caráter de associação de que fala Vandenberghe e, por outro, possibilita a adoção de estratégias de defesa de território, indispensável à reprodução material e social de centenas de famílias ameaçadas pelo avanço do agronegócio.

O impedimento da destruição de porções de chapada por parte das famílias pode ser pensado como uma situação social que permite compreender a complexidade dessa situação de antagonismo e seus desdobramentos. Segundo Gluckman (1987, p. 228), “as situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo

[...] a partir das situações sociais e de suas inter-relações numa sociedade particular, pode-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições.”

Esses momentos de conflito, como situações sociais, permitem identificar as alterações nas ações dos pretensos proprietários que, em um contexto de expansão do agro-negócio na região, modificaram as práticas historicamente estabelecidas com as famílias, já que se interessavam em transferir as terras que alegavam como suas aos novos agentes econômicos. É nesse cenário que se assiste também a participação do órgão de representação dos trabalhadores rurais bem como o acionamento das instituições ambientais como forma de intervir nesse contexto de ameaça de modificação de paisagem. É por essa razão que Gluckman (1987) ressalta que é perfeitamente possível identificar, nessas situações, o envolvimento de agentes, instituições e suas interações nos contextos das relações sociais estabelecidas.

Assim, a mobilização das famílias reúne elementos que devem ser pensados articuladamente, pois se relacionam com aspectos históricos, políticos, institucionais, sociais e identitários que se expressam no momento do enfrentamento. São esses aspectos, vistos articuladamente, que dão sentido à ação coletiva das famílias.

Segundo Tilly (1986), uma ação coletiva consiste em pessoas agirem juntas, objetivando alcançar interesses comuns. Nesse caso em particular, a mobilização destinou-se a evitar a destruição de grandes extensões de chapada. Assim, a ação coletiva revela dois aspectos importantes que merecem ser sublinhados: a capacidade de associação dos agentes e as dinâmicas de mobilização.

A dinâmica que move os agentes sociais a conduzir suas ações em um determinado enfrentamento faz com que ponham

em operação o que Tilly (1993) designou de repertório contencioso, ou seja, a gama das formas possíveis que os agentes sociais põem em funcionamento para fazer valer os seus direitos ou alcançar seus objetivos. Os agentes sociais atuam estrategicamente para potencializar os seus ganhos coletivos, realizando as operações necessárias dentro dos limites determinado pelos custos da ação empreendida (TILLY, 1986).

Após terem conseguido impedir a destruição de áreas de chapada nas quais realizavam suas atividades econômicas, as famílias do povoado Juçaral, por meio de sua Associação de Moradores, e mediadas pelo Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Chapadinha, encaminharam ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), em janeiro de 2006, um abaixo-assinado, solicitando que fossem adotados os procedimentos para fins de criação de uma unidade de conservação.

A partir de demanda das Associações de Moradores de Chapada Limpa I, Juçaral e Chapada Limpa II e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Chapadinha, o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT) realizou estudos na região no sentido de verificar as condições para criação da unidade de conservação. Os trabalhos do CNPT identificaram na zona reivindicada pelas famílias inúmeras nascentes de rios que poderiam ser comprometidas caso os plantios de soja fossem instalados nessa região. Os trabalhos apontaram a viabilidade para criação de uma reserva extrativista. Em julho de 2006, foi realizada uma Consulta Pública em Chapadinha, na qual foi apresentada a proposta de criação da unidade de conservação.

Em 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto de criação

da Reserva Extrativista Chapada Limpa, unidade de conservação de uso sustentável localizada no município de Chapadinha (MA), com uma área de 11.971,24 hectares. Dezessete povoados foram beneficiados com a criação dessa unidade de conservação: Brejo do Meio, Califórnia, Chapada Limpa I, II e III, Juçaral, Mata, Morada Nova, Prata, Porco Magro, Riachão, Saco, Santa Rita, Santana, São Martins, São Gabriel e Severo. Chapada Limpa é a quinta reserva extrativista criada no Maranhão, sendo a primeira do bioma cerrado.

Vale destacar que, apesar do crescimento progressivo da cultura da soja no Leste Maranhense, conforme apontam diferentes trabalhos (BARROSO, 2012; CARNEIRO, 2008; FERREIRA JÚNIOR, 2011; GASPAS, 2010), essa ampla região tem sido alvo de empreendimentos diferenciados do setor do carvoejamento e do eucalipto.

Segundo Gaspar (2010), a produção de soja no município de Chapadinha experimentou um crescimento vertiginoso, transformando-se na responsável por cerca de 10% de toda a produção desse grão no Maranhão. Esse crescimento tem propiciado mobilizações movidas por razões ambientais em defesa do cerrado e das famílias camponesas que utilizam os recursos disponíveis nas chapadas.

Em muitas situações de conflitos, as alusões às “questões ambientais” ou ao “meio ambiente” têm sido cada vez mais frequentes nas mobilizações de diferentes grupos em defesa de territórios que consideram imprescindíveis à sua reprodução material e social (LOPES, 2006). É justamente essa preocupação em resolver ou evitar os problemas ambientais que tem orientado a ação de diferentes segmentos para criação de reservas extrativistas (SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2010).

Teisserenc (2009a, 2009b) argumenta que a reflexão sobre Resex e o conceito de instrumento de política pública servem tanto para compreender os complexos processos de constituição dessa modalidade de unidade de conservação como para permitir a realização de serviços de políticas territoriais na Amazônia. Segundo Teisserenc (2009, p. 42) “les reserves extractivistes constituent incontestablement une de procédure-phases d’appui au développement desterritoires brésiliens dans une perspective de développement durable.”

Apesar dessa importância ressaltada pelo autor, inúmeros desafios se colocam em relação à governança territorial. Em se tratando de reservas extrativistas de uso sustentável, isso implica levar em consideração os modelos postos em jogo em relação ao uso e à conservação dos recursos: aquele definido pelos órgãos gestores e aquele dos atores sociais usuários dos recursos disponíveis na unidade de conservação.

Circunscrevendo tal discussão à situação que propiciou a criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, observamos que ela remete à necessidade de entender os diferentes aspectos relacionados com os dispositivos de governança (ARNS, 2010). Os desdobramentos dessa situação, inevitavelmente, levam a pensar, entre outros aspectos, como se processará a governança territorial (COUDEL; TONNEAU; PIRAUX, 2010; DALLABRIDA, 2006; PIRAUX; AZEVEDO; TONNEAU, 2010; TORRE, 2010), já que ela “se expressa na capacidade dos atores sociais dos territórios, de realizar a gestão social, ou seja, na capacidade das pessoas e de elas, em ação social, gerarem resultados políticos e sociais para os territórios, compartilhando o poder de decisão entre o Estado e a sociedade civil.” (COREZOLA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010, p. 90).

Os enfrentamentos com os plantadores de soja destinavam-se a conservar territórios e a assegurar a reprodução de um modo de vida segundo formas específicas de relação e uso dos recursos. A criação da Resex Chapada Limpa implicou um novo desafio: relacionar-se com o Estado sem que isso representasse uma perda da autonomia das famílias em relação ao uso dos recursos segundo as particularidades de sua organização social e econômica.

Tal desafio implica administrar uma relação não menos complicada que aquela do confronto com os produtores de soja e eucalipto, e não isenta de conflitos, já que o Estado acaba adotando um conceito de ambientalismo que não necessariamente coincide com o praticado pelos camponeses na relação de uso, apropriação e manejo dos recursos. Aqui, o problema se coloca não mais em relação à possibilidade de perda de território, mas sim em termos de governança do território.

Esse novo quadro, pós criação da Resex Chapada Limpa recoloca a questão do conflito em outras bases. Ainda que permaneçam alguns problemas enfrentados pelas famílias com alguns proprietários que ainda não receberam as suas respectivas indenizações do Estado, as divergências se apresentam em relação à atuação do ICM-Bio e a adoção das novas regras para a governança ambiental e territorial da Resex.

5 Governança territorial e ambiental: entre a aprendizagem e as novas modalidades de conflitos

Essa nova situação experimentada pelas famílias da Resex Chapada Limpa coloca a questão da governança como aprendizagem, ressaltada por Arns no diálogo com Torre (2010) e Pirouxet, Azevedo e Tonneau (2009) como um elemento novo a ser considerado. Para ele, a governança deve ser vista

como um processo de aprendizagem organizacional, tanto na sua dinâmica interna, onde os atores passam a perceber os seus papéis e ajustar seus comportamentos ao ambiente organizacional, tanto para os operadores das políticas de apoio ao desenvolvimento territorial, que estão experimentando novas formas de apoiar a governança. (ARNS, 2010, p. 124).

Ainda que essa nova situação implique um processo de aprendizagem para as partes – usuários da Resex e técnicos de aparelhos do Estado – não está isenta de novas formas conflito¹⁰ em virtude do modo como cada uma das partes participa do processo, levando em consideração os fatores que orientam as suas posições. Assim, “o conflito é indicador de estrangulamentos que, se não trabalhados, podem obliterar o desenvolvimento de dinâmicas territoriais” (ARNS, 2010, p. 126).

10. As discussões sobre essas novas possibilidades de conflito não são objeto de análise no presente artigo. Isso envolveria a discussão em outras bases. Cabe apenas a ressalva porque as situações pós criação da Resex colocam novos elementos que não permitiriam ser tratados de forma semelhante ao contexto de ameaça de destruição da vegetação nativa por parte dos novos agentes econômicos. O novo cenário implica administrar, a partir de princípios distintos, não só a relação de uso e manejo dos recursos, mas também a interlocução com o Estado como co-gestor da unidade de conservação.

Como o cenário pós aprovação dos planos de uso e manejo implicou alterações nas práticas pré-existentes – relativas à criação de animais e às atividades agrícolas e extrativas –, manifestações de concordância e insatisfações começaram a aparecer. Os que concordavam viam nessas novas regras introduzidas para a gestão da Resex uma alternativa para solucionar antigos problemas entre trabalhadores relativos à invasão dos espaços de plantio por animais.

As alterações dessas práticas não devem ser lidas rigorosamente como decorrentes da presença do Estado na gestão da Resex neste momento. Tem a ver com a situação anterior à criação da unidade de conservação, pois os problemas relativos ao uso dos recursos pelo conjunto das famílias ou mesmo aqueles decorrentes da destruição de roçados por animais continuaram a existir, não mais resolvidos segundo as regras pactuadas pelas famílias ou mediadas pelo órgão de representação dos trabalhadores, mas tendo agora o ICMBio como novo agente interveniente, já que tudo que diz respeito à Resex passou a ter esse ente do Estado como mediador ou regulador.

Essa situação não elimina, como já mencionado, o conflito, seja entre os próprios beneficiários, seja entre estes e o órgão ambiental do Estado. Como salienta Torre (2010, p. 113) “os conflitos constituem assim uma forma de entrar na discussão sobre os objetivos em jogo e os caminhos do desenvolvimento territorial.”

As transformações derivadas da conversão dessas áreas de tensão social em reserva extrativista não foram encaradas pelas famílias como a resolução definitiva de seus problemas. Outros passaram a existir, como a definição de zonas específicas para desenvolvimento das atividades agrícolas e extrativas, segundo outro modelo – o do Estado – que não o costumeiramente praticado pelas famílias. A adaptação a essa nova forma de gestão territorial e ambiental implicou na modificação das regras de uso e apropriação dos recursos, fazendo com que muitos, ainda que insatisfeitos, tivessem que se adequar às novas regras estabelecidas para a gestão de Resex.

A participação do Instituto Chico Mendes, como braço do Estado na política de gestão das unidades de conservação tem sido encarada com enorme expectativa pelos trabalhadores, já que a criação da Resex implicou a adoção de novas formas de diálogo de modo a não ver alteradas significativamente as práticas tradicionalmente realizadas pelos integrantes das unidades familiares. Em função das lógicas que orientam as práticas de cada uma das partes não serem necessariamente coincidentes, esse diálogo destinado a assegurar a autonomia territorial dos camponeses nunca será tranquilo e implicará novas formas de conflito.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

ARNS, Paulo César. “Um olhar sobre os dispositivos de governança”. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 121-131, 2010.

BARROSO, Alex Reis. *A roça sem cerca e o cerco da soja: uma análise dos impactos sociais e ambientais causados pela sojicultura em Matinha-Buriti-MA*. 2012, 84 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CALIXTO, Bruno. “Municípios entram para a lista-suja do desmatamento”. *Revista Época Online*. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2012/03/27/no-cerrado-53-municipios-entram-para-a-lista-suja-do-desmatamento/>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. “A expansão e os impactos da soja no Maranhão.” In: SCHLESINGER, Sérgio et al. *Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 77 -146.

COREZOLA, Fernanda; OLIVEIRA, Carlos Douglas; ALMEIDA, Maria Graça. “Desafios da governança territorial nos territórios incorporados ao Programa Territórios da Cidadania.” *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2; v. 29, n. 1, p. 87 - 96, 2010.

COUDEL, Emilie; TONNEAU, Jean-Philippe; PIRAUX, Marc. “Articular dispositivos de formação e de governança: um desafio para o desenvolvimento”. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 143-153, 2010.

CSR. IBAMA. *Relatório técnico de monitoramento do desmatamento no bioma cerrado, - 2002 a 2008*. Brasília, nov. 2009.

DALLABRIDA, Valdir Roque. “Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., 2006, Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: EDUCINISC, 2006. v. 1, p. 1 - 19.

FERREIRA JÚNIOR, Amâncio José. *O castigo do sol além da praga da soja: repercussões do cultivo da soja sobre o modo de vida dos camponeses do povoado Valença-Buriti-MA*. 2011, 89 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

GASPAR, Rafael Bezerra. *O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense*. 2010, 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 227 - 267.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. “Sociedade e economia do “Agro-negócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159 - 196, out. 2010.

LITTLE, Paul. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In: *Série Antropologia*. Brasília:UnB, 2002, p. 1-32. Disponível em www.unb.br/ics/dan/serieantropo.htm. Acessado em 21.11.2012.

LOPES, José Sérgio Leite. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação.” *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31 - 64, jan./jun. 2006.

PAULA ANDRADE, Maristela de. "A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense". In: CONCEIÇÃO, F. Gonçalves da (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição?: relatórios de pesquisa*. São Luís: CPT, 1995. p. 15 - 65.

_____. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: Edufma, 2008.

PIRAUX, Marc; AZEVEDO, Sérgio Guilherme de; TONNEAU, Jean-Philippe. "Os mediadores, os políticos e a sociedade civil: a realidade e os limites da governança territorial: o caso do território do TASPP no Nordeste brasileiro. *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 97 - 108, 2010.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; SILVA, Sislene Costa da. "Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa de territórios." *Revista Pós Ciências Sociais – Dossiê Sociologia Econômica*, São Luís: EDUFMA, v. 7, n. 13, p. 159 - 172, 2010.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

TEISSERENC, Pierre. "Les territoires de l'action publique." In: ROCHA, Gilberto; MAGALHÃES, Sônia (Org.). *Território de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: Ed. UFPA, 2009a. p. 23 - 64.

_____. *Les Resexs: une instrumenta au servisse des politique de développement durable en Amazonie brésilienne*. *Revista Pós Ciências Sociais – Dossiê Amazônia e paradigmas de desenvolvimento*, São Luís: EDUFMA, v. 6, n.12, p. 41 - 68, 2009b.

TILLY, Charles. "Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1838". *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 253 - 280, 1993.

_____. *The contentious French: four Centuries of popular struggle*. Cambridge, Mass., Belknap press of Harvard University Press, 1986.

TORRE, André. "Conflitos e governança dos territórios". *Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande: UFCG, v. 28, n. 1, 2 / v. 29, n. 1, p. 109 - 120, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

NOTA SOBRE O AUTOR

Benedito Souza Filho é doutor em Antropologia pela Universidad Autonoma de Barcelona. É professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Antropologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: campesinato, remanescentes de quilombos, conflito agrário, agronegócio, unidades de conservação, relações étnicas e raciais, violência, patrimônio imaterial e cultura popular.

Recebido em: 03.11.2014
Aprovado em: 19.12.2014

